

Índice

	Págs.
<i>Prefácio</i>	17
Introdução	
1— <i>A índole e estrutura do trabalho</i>	29
2— <i>Importância do estudo da História, em especial da História Económica</i>	36
3— <i>Interesse do estudo do Sistema Económico Feudal Português</i>	47
4— <i>Irrelevância, sob o aspecto económico, do conhecido debate acerca de ter ou não existido em Portugal, Leão e Castela o regime feudal</i>	50
Primeira Parte — Aspectos gerais do País	
Capítulo I — Situação de Portugal sob os aspectos económico-geográfico e demográfico	
1— <i>Considerações gerais</i>	69
2— <i>O quadro geográfico</i>	73
3— <i>A população</i>	85
4— <i>Principais actividades económicas</i>	95

Segunda Parte — As principais categorias da economia feudal portuguesa

Secção I — Os Bens Dominiais

Capítulo II — Os bens do rei

Págs.

- | | |
|--|-----|
| 1 — <i>Razão de ordem; os bens reguengos</i> | 109 |
| 2 — <i>A propriedade fundiária reguenga; origem histórica; evolução e causas de variação da extensão das terras reguengueiras e da sua manutenção; tipos de reguengos; tentativa de cálculo da importância quantitativa deste género de propriedade senhorial em relação ao seu conjunto; os problemas das relações entre os moradores dos reguengos e os restantes. Breve referência aos bens da coroa e sua distinção dos reguengos; o limitado interesse económico e social da distinção</i> | 115 |
| 3 — <i>A propriedade real não-fundiária: moinhos; fornos; prensas, lagares, adegas, celeiros, ferrarias; açougues, fangas, tendas; casas, balneários, estalagens; marinhas, pesqueiras, coutadas de pesca, coutadas de caça, exploração mineira</i> | 140 |
| 4 — <i>Os padroados do rei</i> | 155 |
| 5 — <i>Outros rendimentos reais: portagem, passagem ou peagem, açougagem, dízima; sisas; voz e coima; talhas, fintas, pedidos; alcaidaria, carceragem, almoçarias; condado, montado, relegagem; contribuições pagas por judeus e mouros; quebra da moeda e imposto pelo não exercício desta prerrogativa; quinto de guerra; gado perdido; tesouros encontrados; parte eventual da dízima eclesiástica; pensões do tabeliado e de diversos serviços de justiça cível ...</i> | 158 |
| 6 — <i>As explorações senhoriais directas do rei</i> | 198 |
| 7 — <i>Tentativa de cômputo dos rendimentos reais</i> | 204 |

Capítulo III — Os bens e rendimentos da Igreja

Origem histórica, importância e tendência da evolução ... 209

Os domínios da Igreja: os coutos, natureza e estrutura económica; alguns casos concretos reveladores da sua magnitude. As relações entre os moradores dos coutos e as respectivas entidades senhoriais ... 225

Os domínios da Igreja «não coutados»: terras semi-isentas e isentas de facto 243

A distribuição dos domínios da Igreja: em função dos vários tipos de organismos eclesiásticos; a sua parte no conjunto dos bens feudais; o mapa geo-económico do domínio fundiário medieval da Igreja no território português 257

Rendas próprias da Igreja com origem diversa do domínio directo e imediato da terra, dos outros meios de produção ou de bens de consumo duradouro: a) Dízimas; b) Primícias; c) Mortuárias; d) Votos de Santiago; e) Rendimentos de tipo misto (em parte com carácter de pagamento de serviços religiosos e em parte de renda), tais como «aniversários» e dotações para «capelas»; f) Rendimentos eventuais da Igreja 272

Tentativa de cômputo dos rendimentos globais da Igreja; a importância relativa da parcela desses rendimentos remetida para o estrangeiro 310

Apêndices

Notas

Notas ao Capítulo I 331
Notas ao Capítulo II 337
Notas ao Capítulo III 366
 — Índice de autores . 387
 — Índice analítico ... 391
 — Plano geral da obra 395